

MARXISMO E INTERSECCIONALIDADE NA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA: POR UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS OPRESSÕES NA EDUCAÇÃO

Antônio Manuel Sousa Eugênio¹; Eliomar Araújo de Sousa²; Daniele Kelly Lima de Oliveira³

¹Curso de Pedagogia, CENFLE, UVA; eugeniomael25@gmail.com

²Curso de Pedagogia, CENFLE, UVA; eliomars014@gmail.com

³Curso de Pedagogia, CENFLE, UVA; dankel28@yahoo.com.br

Introdução

Formar pedagogos e pedagogas no Brasil exige, antes de qualquer coisa, um olhar honesto sobre a realidade das escolas e das pessoas que nelas vivem. A escola brasileira é marcada por profundas desigualdades que não se explicam por um único eixo de análise, são desigualdades que envolvem simultaneamente classe, raça, gênero, deficiência e geração, operando de forma entrelaçada e reforçada. Uma formação docente que não seja capaz de reconhecer e analisar essa complexidade está, na prática, preparando professores e professoras para uma escola que não existe, e deixando sem resposta as demandas da escola real, onde essas opressões se manifestam todos os dias.

É diante desse cenário que o marxismo e a interseccionalidade se colocam não como escolhas teóricas entre outras, mas como perspectivas indispensáveis e complementares para a formação em Pedagogia. Tomados juntos, oferecem ao futuro educador uma capacidade analítica que articula a compreensão das estruturas materiais de dominação com a sensibilidade para as formas específicas pelas quais raça, gênero e deficiência produzem experiências distintas de opressão. Essa articulação é uma necessidade ética e política de quem se propõe a educar em um país tão profundamente desigual quanto o Brasil.

Este trabalho tem como objetivo discutir a importância do marxismo e da interseccionalidade, articulados, na formação em Pedagogia, tomando como referência central o conceito de interseccionalidade desenvolvido por Patricia Hill Collins e as experiências formativas produzidas no âmbito do Grupo de Pesquisa e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR), do Grupo de Estudos Lutas Universitárias, Trabalho e Educação (GELUTE), do Laboratório de Estudos, Pesquisas e Práticas Pedagógicas em Educação, Empoderamento e Inclusão Social (LEPREDIS), e do Núcleo de Estudos Africanos, Afrobrasileiros e Indígenas (NEAABI), todos vinculados a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em Sobral.

Metodologia

Este estudo é de natureza teórico-crítico e se apoia em revisão bibliográfica sobre marxismo, interseccionalidade e formação docente, articulada à análise de experiências formativas desenvolvidas em grupos de estudo e pesquisa vinculados ao curso de Pedagogia da UVA. O percurso teórico é construído principalmente a partir das obras de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge sobre interseccionalidade, de Bell Hooks sobre pedagogia crítica e engajada, de Joice

Berth sobre empoderamento e emancipação, e do referencial marxista sobre as bases materiais das desigualdades sociais e educacionais, contando com Marx.

A reflexão ancora-se em registros, debates e produções acadêmicas geradas nos espaços do GPEEMPODERAR, do GELUTE, LEPREDIS e do NEAABI, tomados não como objeto de descrição, mas como campo fundamentado que ilumina e tensiona as questões teóricas discutidas. Esses grupos são compreendidos aqui como experiências concretas de formação crítica e interseccional dentro da universidade, capazes de evidenciar o que significa, na prática, articular marxismo e interseccionalidade no processo de tornar-se pedagogo ou pedagoga.

Resultados e Discussão

O conceito de interseccionalidade, tal como desenvolvido por Patricia Hill Collins em parceria com Sirma Bilge, representa uma das contribuições mais potentes do pensamento feminista negro para a compreensão das desigualdades sociais. Para Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade é uma ferramenta analítica que parte do reconhecimento de que raça, classe, gênero, sexualidade, deficiência, nacionalidade e outros eixos de poder não operam de forma isolada, mas se entrelaçam e se constituem mutuamente, produzindo formas específicas de opressão e de privilégio que só podem ser compreendidas em sua articulação. Não se trata de somar identidades ou de criar hierarquias entre as opressões, mas de compreender como elas formam um sistema integrado de dominação que molda as experiências concretas das pessoas em seu cotidiano.

Collins desenvolveu esse conceito a partir de sua própria posição como mulher negra no interior de uma academia predominantemente branca e masculina, o que lhe permitiu perceber que as categorias disponíveis para pensar a opressão eram, cada uma por si só, insuficientes. O feminismo predominante ignorava a raça; o antirracismo dominante ignorava o gênero; e as análises de classe frequentemente invisibilizavam ambos. A interseccionalidade surgiu, assim, não apenas como teoria, mas como epistemologia, uma forma de produzir conhecimento que parte das experiências de quem vive simultaneamente múltiplas formas de marginalização, reconhecendo esses sujeitos como produtores legítimos de saber.

É precisamente nesse ponto que a interseccionalidade encontra o marxismo como perspectiva complementar e necessária. O marxismo oferece as ferramentas para compreender as bases materiais sobre as quais essas opressões se sustentam, a exploração do trabalho, a concentração da riqueza, as contradições estruturais do capitalismo que produzem e reproduzem a desigualdade. Juntos, marxismo e interseccionalidade permitem ao pedagogo e à pedagoga em formação compreender que as opressões têm raízes históricas e estruturais, mas se manifestam de formas específicas e situadas, dependendo de quem as vive e em que contexto. Essa dupla capacidade, de enxergar a estrutura e de reconhecer a especificidade, é o que torna essa articulação tão potente para a formação docente.

Na formação em Pedagogia, o GPEEMPODERAR tem sido um espaço privilegiado de construção dessa perspectiva integrada. Ao articular em suas pesquisas as dimensões de movimentos sociais, políticas públicas e diversidade a partir de um olhar simultaneamente marxista e interseccional, o grupo demonstra que é possível, e necessário, analisar como as desigualdades se produzem em suas múltiplas dimensões sem reduzir umas às outras.

A pesquisa sobre educação, empoderamento e inclusão social de estudantes surdos, por exemplo, evidencia como a condição desses estudantes na universidade não pode ser compreendida apenas como questão de deficiência, ela é atravessada por relações de classe, por uma estrutura ouvintista que opera como forma de dominação cultural, e por políticas públicas que garantem o acesso, mas não as condições reais de permanência. Essa análise só é possível quando marxismo e interseccionalidade caminham juntos.

O GELUTE aprofunda essa formação ao colocar no centro do debate as lutas universitárias e as condições do trabalho docente. Ao investigar como as desigualdades de classe, raça e gênero estruturam o acesso ao ensino superior, as condições de permanência dos estudantes e as relações de trabalho dentro da universidade, o grupo demonstra que a luta de classes não é um conceito abstrato, ela se manifesta concretamente nos corredores, nas salas de aula e nas políticas institucionais das universidades públicas brasileiras. Participar desses debates durante a formação é aprender a enxergar a universidade como ela é, um espaço de contradições, onde o direito ao conhecimento convive com estruturas que historicamente excluíram mulheres, negros, indígenas e pessoas com deficiência.

O NEAABI, por sua vez, traz para a formação uma dimensão que tanto o marxismo quanto a interseccionalidade exigem, mas que frequentemente permanece ausente dos currículos: o reconhecimento dos saberes africanos, afro-brasileiros e indígenas como conhecimentos legítimos e estruturantes. A realização de suas atividades ajuda a promover estudos sobre diversidade étnico-racial e cultural que revelam como o epistemicídio, o apagamento sistemático desses saberes, é produto de uma estrutura colonial que o marxismo situa em suas bases materiais e que a interseccionalidade de Collins ajuda a compreender em sua dimensão racial e epistêmica.

É no LEPREDIS que todas essas perspectivas se encontram e se traduzem em práticas pedagógicas concretas, pois o laboratório funciona como o espaço onde o debate teórico sobre marxismo e interseccionalidade deixa de ser apenas leitura e discussão e passa a se materializar em formas criativas e coletivas de construção do conhecimento, como debates temáticos sobre empoderamento, raça, gênero e deficiência, realização de oficinas pedagógicas, desenvolvimento de atividades lúdicas e produção de jogos que tornam acessíveis conteúdos e perspectivas que a formação convencional frequentemente trata de forma abstrata e distante da realidade dos estudantes, de modo que o LEPREDIS representa a síntese viva dessa articulação, demonstrando que uma formação crítica e interseccional não se faz apenas nos textos, mas também nos corpos, nas mãos e nas práticas de quem aprende fazendo.

Essa articulação entre os três espaços formativos evidencia o que Berth (2019) identifica como o movimento essencial do empoderamento, o processo pelo qual indivíduos e grupos constroem, coletivamente, uma compreensão crítica de sua posição social e das estruturas que a produzem, desenvolvendo a capacidade de agir sobre elas. Para a formação em Pedagogia, esse processo é insubstituível, é ele que transforma o estudante de Pedagogia em um educador capaz de reconhecer as opressões que atravessam sua sala de aula e de construir práticas pedagógicas que não as reproduzam, mas as enfrentem.

Considerações Finais

A formação em Pedagogia que articula marxismo e interseccionalidade não forma apenas professores e professoras mais bem informados teoricamente, forma educadores com outra maneira de ver e de estar no mundo. A interseccionalidade, tal como concebida por Patricia Hill Collins, oferece uma epistemologia que reconhece a complexidade das opressões e a legitimidade dos saberes produzidos por quem as vive. O marxismo ancora essa análise nas estruturas materiais que sustentam essas opressões historicamente, juntos, constroem uma perspectiva que é, ao mesmo tempo, mais honesta com a realidade e mais comprometida com sua transformação.

As experiências do GPEEMPODERAR, do GELUTE, do LEPREDIS e do NEAABI demonstram que essa formação é viável e que ela produz diferença. Não se trata de somente adicionar disciplinas ao currículo, mas de assumir essas perspectivas como eixos que atravessam toda a formação, que organizam o modo de fazer pesquisa, de debater políticas públicas, de pensar as lutas universitárias e de reconhecer os saberes historicamente silenciados.

Recomenda-se, portanto, que os cursos de Pedagogia incorporem sistematicamente o debate sobre marxismo e interseccionalidade como fundamentos da formação docente, investindo em espaços coletivos de estudo e pesquisa que permitam aos futuros educadores construir, de forma crítica e engajada, as ferramentas de que precisam para enfrentar as desigualdades que encontrarão em sua prática.

Palavras-chave: Marxismo; Interseccionalidade; Formação Docente; Pedagogia Crítica; Emancipação.

Referências

BERTH, Joice. **Empoderamento:** Feminismos Plurais. Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.